



Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

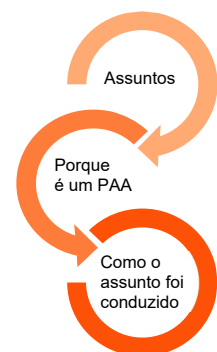
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Notas 3.6 e 22)</p> <p>A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.</p> <p>Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.</p> <p>Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.</p> <p>Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.</p> <p>Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.</p> <p>Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 11)</p> <p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 667.735 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.</p> <p>A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as</p>	<p>Entre outros procedimentos, efetuamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.</p> <p>Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.	<p>Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.</p>

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Introdução

A Administração da Ecovias Ponte, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Companhia

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecovias Ponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ.

Em 18 de maio de 2015, a Ecovias Ponte assinou o contrato de concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecovias Ponte agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

VOLUME DE TRÁFEGO

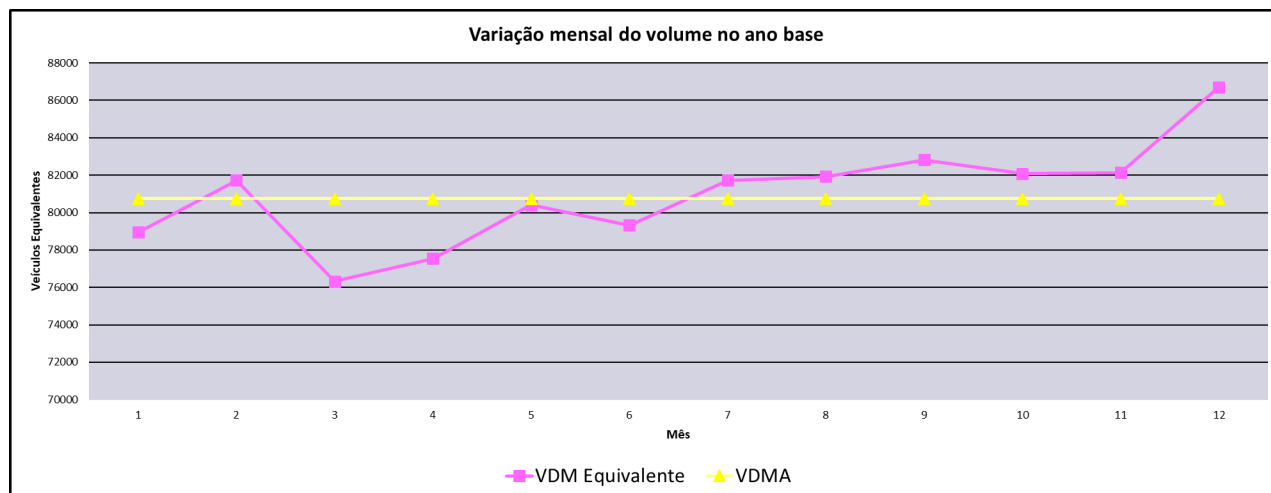
O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 29.566 mil em 2025, aumento de 2,4% em relação a 2024. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 2,2%, devido às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados, e o tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 3,3%, em função do aumento da movimentação de veículos comerciais.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2025	2024	Var.
Leves	25.072	24.524	2,2 %
Pesados	4.494	4.350	3,3 %
Total	29.566	28.874	2,4 %

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano de 2025, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.



TARIFA E TARIFA MÉDIA

A tarifa média por veículo equivalente pagante manteve-se estável em 2025.

Tarifa média (Em R\$)	2025	2024	Var.
Ecovias Ponte	6,20	6,20	— %

Em junho/24, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio e a 8ª Revisão Ordinária do contrato de concessão da Ecovias Ponte mantendo inalteradas as tarifas de pedágio. O reajuste considerou aumento pela variação do IPCA e revisão ordinária, e redução das tarifas em função, principalmente, da incidência do Fator D e C.

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2025:

		Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)												
Praça de Pedágio	Cobrança	Categoria de veículo												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Especial	
1	R\$	6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10	43,40	49,60	55,80	

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$243,2 milhões em 2025, redução de 4,7% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à redução da receita de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$17,0 milhões, 3,7% superior em relação a 2024.

Receitas de Pedágio: R\$183,8 milhões em 2025, aumento de 2,5%, devido ao crescimento do tráfego de veículos.

Receitas Acessórias: R\$11,5 milhões em 2025, aumento de R\$1,6 milhão em relação a 2024, devido, principalmente, às receitas com painéis publicitários.

Receita de Construção: R\$47,9 milhões em 2025, redução de 27,2%, devido ao menor volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$2.562,0 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2025.

Para mais informações sobre Receita líquida, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita Bruta (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Receitas de Pedágio	183,8	179,4	1.242,2
Receitas Acessórias	11,5	9,9	80,5
Receita de Construção	47,9	65,8	741,0
Total	243,2	255,1	2.063,7

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$151,1 milhões em 2025, redução de 4,5%. Esse resultado decorre, principalmente, do menor volume de obras executadas no período (custo de construção de obras), o efeito foi parcialmente compensado pelo aumento da base de ativos (depreciação e amortização). **Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$61,8 milhões, aumento de +3,9% em relação a 2024.**

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.675,9 milhões corresponde aos custos operacionais e despesas administrativas desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2025.

Custos e despesas operacionais (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Custos	151,1	158,2	1.366,6

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2025, o EBITDA totalizou R\$115,3 milhões. O EBITDA ajustado, excluindo provisão para manutenção, totalizou R\$118,6 milhões, aumento de 4,4% em relação a 2024, e margem EBITDA Ajustada de 66,5%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$41,7 milhões, redução de 10,5% em relação aos R\$46,6 milhões negativo em 2024. Essa variação ocorreu devido, principalmente, à redução dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção, além do aumento das receitas de aplicações financeiras e do registro de recuperação de PIS e Cofins sobre outras receitas financeiras.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2025, a Ecovias Ponte apresentou lucro líquido de R\$25,2 milhões, redução de 0,2 milhão em relação a 2024.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias Ponte encerrou o exercício de 2025 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva no valor de R\$70,2 milhões e a dívida bruta (composta por debêntures, empréstimos e financiamentos) de R\$483,1 milhões. A dívida líquida encerrou o exercício em R\$412,9 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 3,5x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide as Notas Explicativas nº 13 e 14 das Demonstrações Financeiras.

INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$52,7 milhões em 2025.

A tabela abaixo demonstra os investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Intangível	50,9	70,1	868,3
Imobilizado	1,8	2,6	19,1
Total	52,7	72,7	887,4

VALOR ADICIONADO

Em 2025, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$114,3 milhões, isto é, 47,0% de representatividade em relação à receita operacional bruta e +0,8 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$117,8 milhões e a representatividade de 46,2%.

ISS REPASSADOS

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2025 foi de R\$9,7 milhões.

A tabela abaixo demonstra o ISS repassado acumulado desde o início da concessão.

Impostos Municipais repassados (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
ISS - Imposto Sobre Serviço	9,7	9,5	65,5

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram distribuídos R\$597 mil à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. O saldo de R\$13.935 mil, registrado na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios e ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2025. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2026.

PLANEJAMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL

O êxito que a Companhia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se, em grande parte à qualidade de seu planejamento organizacional.

Em 2025, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, manutenção das certificações de qualidade de ISO`s (9001:2015-qualidade , 14001 –

gestão ambiental, 39001 – gestão de segurança viária, 45001 – gestão de saúde e segurança do trabalho e 55001 – gestão de ativos) e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

RECURSOS HUMANOS

Em 2025, a Companhia investiu R\$81,4 mil (R\$144,7 mil em 2024) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2025. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000.

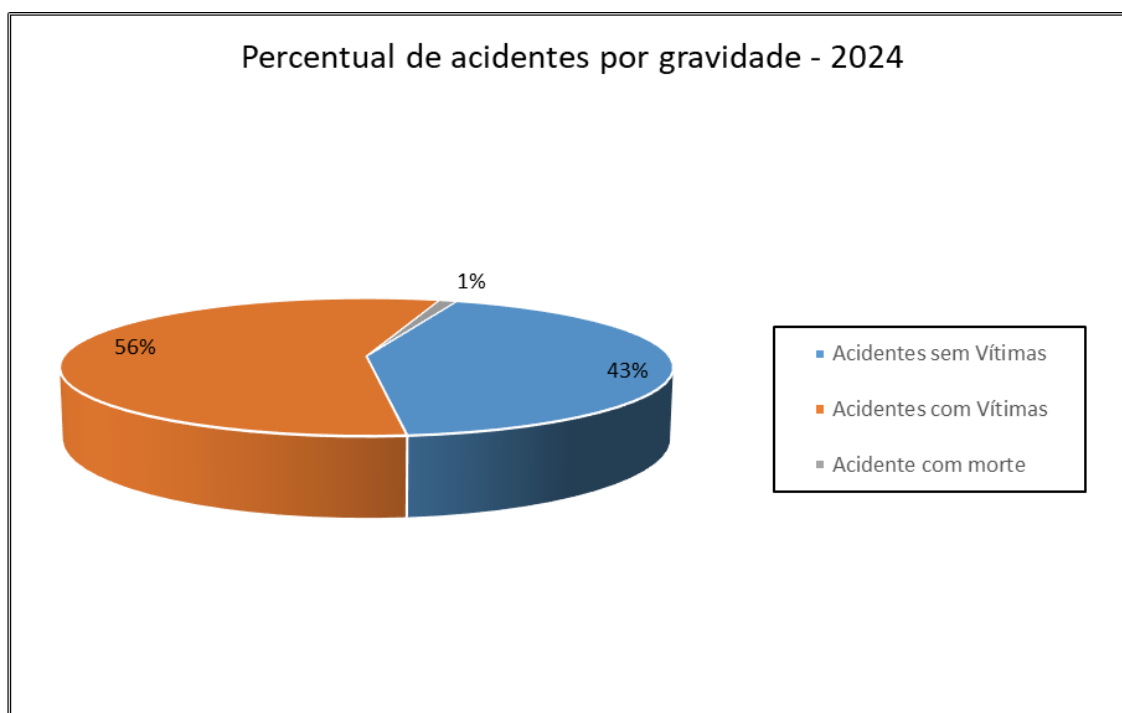
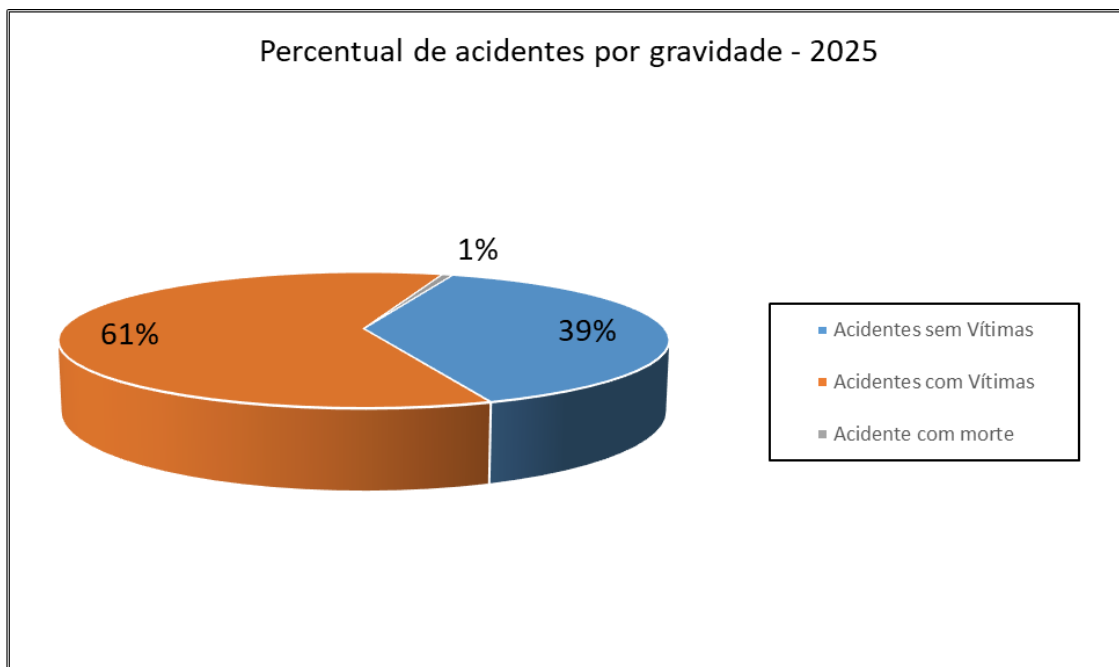
Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA) *10.000
Analista Operações Rodoviárias	1	0,12
Analista de Planejamento Obras	2	0,25
Analista Faixa de Domínio	1	0,12
Analista Sistema Rodoviário	3	0,37
Auxiliar CCO/Manutenção	5	0,62
Assistente Operações/Sistema Rodoviário/Tráfego	7	0,87
Controlador Sistema Rodoviário	3	0,37
Coordenador Planejamento Engenharia	1	0,12
Coordenador Operações Rodoviárias	1	0,12
Lider Operações Rodoviárias	4	0,50
Operador de CCO	10	1,24
Operador Pedágio	127	15,73
Operador Tráfego	50	6,19
Supervisor Sistema Rodoviário	1	0,12
Técnico Segurança do Trabalho	2	0,25
Total de Pessoal - Operacional	218	27,0
Advogado	1	0,12
Auxiliar/Assistente Administrativo	4	0,50
Assistente Diretoria/Ouvidoria	2	0,25
Assistente de Engenharia	3	0,37
Analista Administração/Comunicação/	6	0,74
Coordenador Administração Contrato/Comunicação/	4	0,50
Copeira	1	0,12
Diretor Superintendente	1	0,12
Estagiário	3	0,37
Engenheiro	1	0,12
Gerente Engenharia	1	0,12
Técnico de Engenharia	1	0,12
Total de Pessoal - Pedágio	28	3,5
Total de Pessoal - Concessionária	246	30,5

INDICADORES OPERACIONAIS

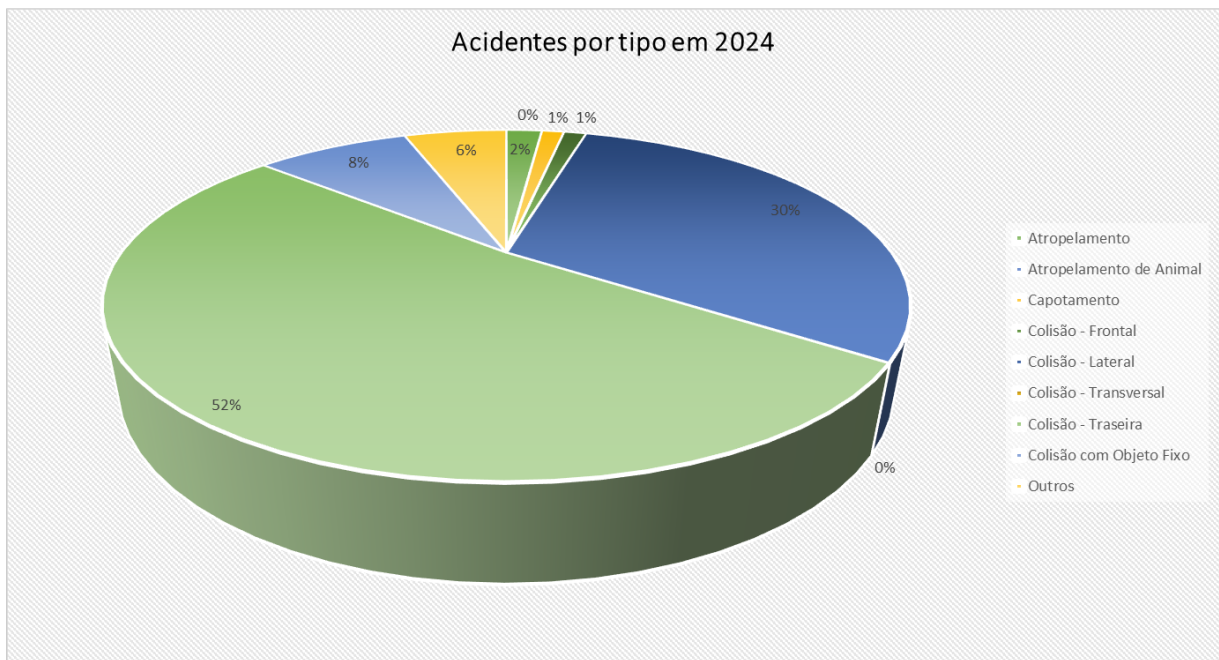
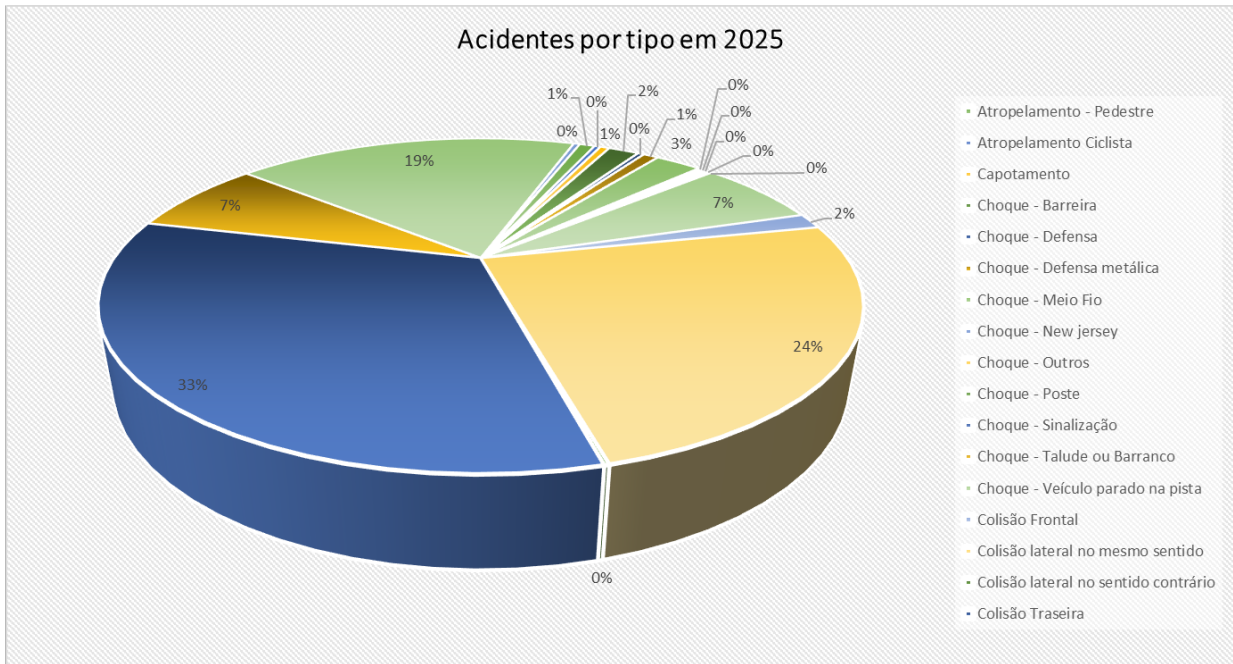
Segurança no Trânsito

Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



DADOS DE OPERAÇÃO DA CONCESSÃO

Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no ano de 2025. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	4	30,77
Guincho leve	10	76,92
Guincho pesado	1	7,69
Guincho super pesado	3	23,08
Ambulância simples - UTI	2	15,38
Ambulância Resgate	4	30,77
Veículo para Combate a Incêndio	2	15,38
Motolância	1	7,69
Ônibus (GAU)	1	7,69
Total de Pessoal - Operacional	28	215,4
Administração	2	15,38
Segurança do trabalho	1	7,69
Manutenção	13	100,00
Total de Pessoal - Pedágio	16	123,1
Total de Pessoal - Concessionária	44	338,5

CONCESSIONÁRIA EM NÚMEROS

Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	13,2 km
Número de veículos que transitaram	Leve:26.903.926
	+ 2 eixos:1.402.312
	+ 3 eixos: 429.806
Tarifa	Cat 1: R\$ 6,20
	Cat 2: R\$ 12,40
	Cat 3: R\$ 9,30
	Cat 4: R\$ 18,60
	Cat 5: R\$ 12,40
	Cat 6: R\$ 24,80
	Cat 7: R\$ 31,00
	Cat 8: R\$ 37,20
	Cat 9: R\$ 3,10
	Cat 10: R\$ 43,40
	Cat 11: R\$ 49,60
Especial: R\$ 55,80	
Número de praças de pedágio	01 (um)
Número de quilômetros mantidos	13,2 km
Índice de congestionamento	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	Cat 1: 64.549
	Cat 2: 7.515
	Cat 3: 229
	Cat 4: 1.645
	Cat 5: 48
	Cat 6: 1.089
	Cat 7: 528
	Cat 8: 1.071
	Cat 9: 3.834
	Cat 10: 277
	Cat 11: 06
Cat Especial: 178	
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	80.747
Equipes utilizadas pela concessionária	Veículos, Maquinaria, etc.
Índices de qualidade de estrada	Altura da mancha de areia
	Resistência à derrapagem
	Deflexão Característica
	Irregularidade Longitudinal
	Índice de Condição do Pavimento
	Índice de Gravidade Global
Receita de pedágio em 2025	R\$ 183,8 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2025	R\$ 103,2 milhões

Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	246 funcionários
Despesas com pessoal em 2025	R\$ 22,0 milhões

Fator Capital	
Despesas de depreciação em 2025	R\$ 38,1 milhões
Ativo líquido	R\$ 70,2 milhões
Ativo bruto	R\$ 777,2 milhões
Série histórica de investimentos até 2025	R\$1.012,8 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2025	9,64%

Fatores Intermediários	
Despesas de administração em 2025	R\$ 18,8 milhões
Despesas com manutenção em 2025	R\$ 6,3 milhões
Outras despesas	R\$ 5,6 milhões

Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 232
	Com feridos: 306
	Com Mortos: 6

Indicadores	
Tarifa média	R\$6,20
Custo por veículo ou km	R\$3,49

BALANÇO SOCIAL

1 - Base de cálculo	2025	2024
	Valor em R\$ mil	Valor em R\$ mil
Faturamento Bruto	243.219	255.072
Receita líquida (RL)	226.211	238.677
Resultado Operacional (RO)	77.341	80.503
Folha de Pagamento bruta (FPB)	21.952	20.520
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	21.952	20.520
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-	-

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.435	11%	1%	2.420	12%	1%
Encargos sociais	3.539	16%	2%	3.164	15%	1%
Previdência privada	189	1%	—%	204	1%	—%
Saúde	2.860	13%	1%	2.503	12%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	225	1%	—%	71	—%	—%
Educação	1	—%	—%	39	—%	—%
Cultura	-	—%	—%	-	—%	—%
Capacitação e desenvolvimento profissional	36	—%	—%	145	1%	—%
Creches ou auxílio creche	42	—%	—%	39	—%	—%
Participação nos lucros ou resultados	880	4%	—%	1.268	6%	1%
Outros	-	—%	—%	-	—%	—%
Total - Indicadores sociais internos	10.207	46%	5%	9.853	48%	4%

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	—%	—%	-	—%	—%
Cultura	-	—%	—%	-	—%	—%
Saúde e saneamento	40	—%	—%	69	—%	—%
Esporte	-	—%	—%	-	—%	—%
Combate à fome e segurança alimentar	15	—%	—%	-	—%	—%
Outros	18	—%	—%	15	—%	—%
Total de contribuições à sociedade	73	—%	—%	84	—%	—%
Tributos (Exceto encargos sociais)	-	—%	—%	-	—%	—%
Total - Indicadores sociais externos	73	—%	—%	84	—%	—%

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	234	1%	—%	212	1%	—%

Investimentos em programas e/ou projetos externos	424	2%	—%	64	—%	—%
Total de investimentos em meio ambiente	658	3%	—%	276	1%	—%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas	() Não possui metas
	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 0 a 50%
	() Cumpre de 50 a 75%	() Cumpre de 50 a 75%
	(x) Cumpre de 75 a 100%	(x) Cumpre de 75 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional

Nº de colaboradores ao final do período	246	243
Tempo de serviço	10% até seis meses 4% de seis meses a um ano 13% entre um e dois anos 23% entre dois e cinco anos 50% mais de cinco anos	8% até seis meses 9% de seis meses a um ano 11% entre um e dois anos 19% entre dois e cinco anos 53% mais de cinco anos

Nº de admissões durante o período	41	46
Nº de demissões durante o período	37	31
Nº de colaboradores terceirizados	193	323
Nº de estagiários (as)	3	1
Nº de colaboradores com até 18 anos	2	-
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	28	26
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	147	153
Nº de colaboradores acima de 45 anos	69	64
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	97	92
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	—%	—%
Remuneração paga a mulheres no período	4.858.379	3.730.525
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	139	130
% de cargos gerenciais ocupados por negros	—%	—%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	11	10
Total de horas extras trabalhadas	23.763	19.942
Total de horas extras pagas	451.650	345.382
Total de INSS pagos	2.727	2.308
Total de FGTS pago	813	856
Total de Contribuição Sindical paga	45.150	44
Total de demais encargos sociais pagos	-	-
Total de ICMS recolhidos no período	-	-

Total de IR recolhido no período	6.472	5.483
Total de CSLL recolhidos no período	2.044	1.732
Total de PIS recolhidos no período	(1.331.594)	1.274
Total de COFINS recolhidos no período	6.141.195	5.949
Total de outros tributos recolhidos no período	9.741	9.455

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	3996%	3896%
---	-------	-------

Número total de acidentes de trabalho	6	9
---------------------------------------	---	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
---	---	---

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
---	--	--

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
---	--	--

A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---------------------------------	---	---

A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---	---	---

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
--	---	---

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva
--	---	---

% de reclamações e críticas solucionadas	98,6% na Concessionária 0,0% no PROCON 1,4% na Justiça	99,3% na Concessionária 0,0% no PROCON 0,7% na Justiça
--	--	--

Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	21,6% governo	20,0% governo
	19,8% acionistas	20,3% acionistas
	17,3% colaboradores	16,5% colaboradores
	41,3% terceiros	43,2% terceiros

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

Em conformidade com as disposições da Lei nº 15.177/2025, são apresentados a seguir os indicadores da Companhia incorporados ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76.

I – a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia; e II – a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia:

Nível Hierárquico	2025				2024			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)
Executivos	0	—%	2	100%	0	—%	2	100%
Média Gestão	4	57%	3	43%	4	57%	3	43%
Administrativo	15	56%	12	44%	11	42%	15	58%
Operacional	78	37%	132	63%	77	37%	131	63%
Total	97	39%	149	61%	92	38%	151	62%

Notas: (1) **Executivos:** Diretor Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes, Consultores e Superintendentes. (2) **Média Gestão:** Coordenadores, Supervisores e Especialistas. (3) **Administrativos:** Cargos Administrativos, Engenheiros, Advogados, Aprendizes e Estagiários. (4) **Operacional:** Operacional, Técnicos e Liderança Operacional.

III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:

Nível Hierárquico	Proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração média anual dos homens por nível hierárquico	
	2025	2024
Executivos	0,00	0,00
Média Gestão	1,38	1,31
Administrativo	0,78	0,77
Operacional	0,83	0,78

Notas: (1) Níveis hierárquicos englobam os cargos descritos no item I e II (2) A remuneração apresentada contempla o total anual, incluindo remuneração fixa e variável; (3) A análise considera os valores médios por nível hierárquico; (4) As proporções observadas refletem a distribuição atual do quadro de colaboradores entre áreas, níveis hierárquicos e funções, podendo haver variações decorrentes da estrutura interna de cargos; (5) A companhia adota políticas de remuneração baseadas em desempenho, complexidade do cargo, nível de responsabilidade e critérios objetivos de elegibilidade. Dessa forma, diferenças de proporção podem ocorrer em função da diversidade de cargos existentes em cada nível hierárquico, não representando disparidade salarial para funções equivalentes.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2025: (i) Serviços relacionados à auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); (i.b) Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*); (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: (ii.a) Serviços Previamente Acordados para emissão de relatório de apuração do ICSD (“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida”), ICSD projetado e da Relação entre o Patrimônio Líquido Ajustado/Passivo Total da Companhia para a data-base de 31 de dezembro de 2025; (ii.b) Consultoria de benefícios fiscais da Lei do Bem da Companhia. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa, estão de acordo com a Política de Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não caracterizam conflito de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários pagos no exercício de 2025 totalizaram R\$227,1 mil e o valor dos honorários não relacionados à auditoria externa perfazem R\$84,3 mil, representando 37,1% do total de honorários pagos.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Niterói – RJ, 17 de março de 2026.

A Administração

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Balço patrimonial Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
	explicativa		
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.844	6.510
Aplicações financeiras	6	18.840	2.206
Aplicações financeiras - conta reserva	7	8.650	8.300
Clientes	8	12.064	10.498
Tributos a recuperar		3.883	331
Despesas antecipadas		908	849
Partes relacionadas	16	643	99
Outros créditos		1.130	1.649
Total do ativo circulante		52.962	30.442
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - conta reserva	7	35.915	32.770
Depósitos judiciais	9	1.181	1.145
		37.096	33.915
Imobilizado	10	7.698	9.634
Intangível	11	679.464	655.707
Total do ativo não circulante		724.258	699.256
Total do ativo		777.220	729.698

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Balanço patrimonial - continuação Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
	explicativa		
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		6.870	7.783
Empréstimos e financiamentos	13	20.720	18.583
Debêntures	14	13.581	11.405
Passivo de arrendamento	15	4.822	3.128
Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.812	2.918
Obrigações sociais e trabalhistas		4.282	3.792
Partes relacionadas	16	2.047	887
Obrigações com poder concedente	17	405	384
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.3	4.131	1.222
Juros sobre o capital próprio a pagar	21.4	13.935	8.554
Provisão para manutenção	19	3.748	2.333
Provisão para construção de obras	18	202	202
Outras contas a pagar		373	302
Total do passivo circulante		78.928	61.493
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	177.890	192.930
Debêntures	14	270.880	269.736
Passivo de arrendamento	15	6.956	2.772
Tributos diferidos	12.1	7.187	8.138
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	20	493	101
Provisão para manutenção	19	5.488	5.663
Provisão para construção de obras	18	2.832	3.017
Outras contas a pagar		9.534	10.559
Total do passivo não circulante		481.260	492.916
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	169.918	147.368
Reserva de lucros - legal	21.2	15.036	13.777
Reserva de lucros - orçamento de capital	21.3	31.932	13.998
Reserva de capital - plano de opção com base em ações		146	146
Total do patrimônio líquido		217.032	175.289
Total do passivo e patrimônio líquido		777.220	729.698

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	22	226.211	238.677
Custo dos serviços prestados	23	(132.324)	(141.363)
Lucro bruto		93.887	97.314
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(18.786)	(16.811)
Outras receitas (despesas), líquidas		2.240	-
Lucro operacional		77.341	80.503
Receitas financeiras	24	10.249	6.764
Despesas financeiras	24	(51.945)	(53.371)
Resultado Financeiro Líquido		(41.696)	(46.607)
Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição Social		35.645	33.896
Imposto Corrente		(11.425)	(8.389)
Imposto Diferido		951	(179)
Imposto de renda e contribuição social	12	(10.474)	(8.568)
Lucro líquido do exercício		25.171	25.328
Lucro por ação – básico e diluído (em reais)	25	0,15303	0,17187

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais – R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	25.171	25.328
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>25.171</u>	<u>25.328</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Reserva de Capital		Reserva de lucros			Total	
		Capital social	Plano de opção com base em ações	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais propostos		Lucros acumulados
Saldos em 1º de janeiro de 2024		147.368	146	12.511	-	708	-	160.733
Reclassificação dividendos a pagar		-	-	-	-	(708)	-	(708)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	25.328	25.328
Destinação do lucro:								-
Reserva Legal	21.2	-	-	1.266	-	-	(1.266)	-
Juros sobre capital próprio deliberados	21.4	-	-	-	-	-	(10.064)	(10.064)
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.3	-	-	-	13.998	-	(13.998)	(13.998)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		147.368	146	13.777	13.998	-	-	175.289
Aumento de capital		22.550						22.550
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	25.171	25.171
Destinação do lucro:								-
Reserva legal	21.2	-	-	1.259	-	-	(1.259)	-
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.3	-	-	-	17.934	-	(17.934)	(17.934)
Juros sobre capital próprio deliberados	21.4	-	-	-	-	-	(3.979)	(3.979)
Dividendo mínimo obrigatório	21.4	-	-	-	-	-	(1.999)	(1.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		169.918	146	15.036	31.932	-	-	217.032

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais – R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	25.171	25.328
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	38.096	32.149
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	(8)	(145)
Capitalização de juros	(100)	(858)
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	26.896	27.976
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	24.018	21.967
Encargos financeiros sobre arrendamentos	1.175	795
Provisão e atualização monetária para perdas cíveis e trabalhistas	518	154
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção e construção de obras	4.018	3.164
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(578)	447
Obrigações com poder concedente	4.753	5.408
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(56)	(38)
Tributos diferidos	(951)	179
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.425	8.389
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	(6.355)	(4.448)
 Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	(988)	871
Partes relacionadas - clientes	(544)	(75)
Tributos a recuperar	(3.552)	(150)
Despesas antecipadas	(59)	186
Depósitos judiciais	20	(5)
Outros créditos	519	80
 Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(913)	272
Obrigações sociais e trabalhistas	490	327
Partes relacionadas - fornecedores	1.160	133
Impostos, taxas e contribuições a recolher	894	763
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(126)	(115)
Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras	(2.963)	(3.425)
Pagamento de obrigações com poder concedente	(4.732)	(5.394)
Outras contas a pagar	(954)	1.160
Caixa gerado nas operações	<u>116.274</u>	<u>115.095</u>
 Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.516)	(7.215)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>107.758</u>	<u>107.880</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecofonte

Demonstração dos fluxos de caixa - continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais – R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.844)	(2.547)
Aquisição de intangível	(47.810)	(65.891)
Aplicações financeiras	(16.634)	5.502
Aplicações financeiras - conta reserva	2.860	(1.344)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(63.428)	(64.280)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(597)	(3.692)
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(29.971)	(25.249)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(35.978)	(35.711)
Aporte de capital	22.550	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(43.996)	(64.652)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	334	(21.052)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.510	27.562
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.844	6.510
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	334	(21.052)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais – R\$)**

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	183.768	179.375
Com construção	47.924	65.796
Outras receitas	11.527	9.901
	243.219	255.072
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(78.053)	(93.140)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.582)	(11.941)
Outros	(139)	(32)
	152.445	149.959
Valor (consumido) adicionado bruto	152.445	149.959
Depreciação e amortização	(38.096)	(32.149)
Valor (consumido) adicionado líquido Produzido pela Companhia	114.349	117.810
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	10.249	6.764
Outras receitas (despesas), líquidas	2.240	-
	12.489	6.764
	126.838	124.574
Valor adicionado total a distribuir	126.838	124.574
Distribuição do valor adicionado	126.838	124.574
Pessoal	21.952	20.520
Remuneração direta	15.389	14.248
Benefícios	5.685	5.350
FGTS	878	922
Impostos, taxas e contribuições	27.343	24.931
Federais	17.602	15.476
Municipais	9.741	9.455
Remuneração de capitais de terceiros	52.372	53.795
Juros	33.083	33.010
Aluguéis	427	424
Outros efeitos financeiros	18.862	20.361
Remuneração de capitais próprios	25.171	25.328
Juros sobre o capital próprio pagos	3.979	10.064
Constituição reserva legal	1.259	1.266
Constituição de reserva - Orçamento de capital	17.934	13.998
Dividendos mínimos obrigatórios	1.999	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - EcoPonte – EcoPonte (“EcoPonte” ou “Companhia”), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social realizar, sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limites do Contrato de Concessão referente ao Edital de concessão nº 01/2015, da infraestrutura e da prestação do serviço público de operação, manutenção, monitoração, conservação e implantação de melhorias da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), “Ponte Rio-Niterói”, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, assinado em 18 de maio de 2015, possui prazo final em 31 de maio de 2045. As demais informações sobre o Contrato de Concessão estão descritas na Nota 17.1. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Bairro Ilha da Conceição, no município de Niterói-RJ. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”), sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria “B”, na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1.1 Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (ESG – Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês)

O Grupo EcoRodovias adota práticas voltadas à integração dos temas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) à gestão de seus negócios. Em 2024, o Conselho de Administração aprovou sua Agenda ESG 2030, que consolida diretrizes e compromissos do Grupo em 10 vias da Sustentabilidade, abrangendo, entre outros temas, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, biodiversidade, segurança viária e ocupacional, direitos humanos e governança ética empresarial. Os compromissos possuem horizontes temporais até 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, que inclusive fazem parte da bonificação de todos os colaboradores, incluindo a alta liderança.

No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano-base de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo mantém um plano de descarbonização, revisado periodicamente, que abrange diferentes projetos e ações estruturados em quatro pilares: combustíveis de baixo carbono; eletrificação de equipamentos; energia renovável; e eficiência de processos e engajamento de fornecedores. Em 2025 o Grupo deu continuidade aos estudos de transição energética, com foco na análise de soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis com a implementação de um projeto piloto para o uso do biodiesel B-100 na frota pesada. Além disso, como medida para redução das nossas emissões, substituímos dez guinchos operacionais movidos a combustão por modelos elétricos. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e neutraliza suas emissões de escopo 2 através da compra de I-RECs (certificados de energia renovável).

Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse contexto, o Grupo EcoRodovias realizou estudos de vulnerabilidade climática, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (horizontes de 2030 e 2050). Esses estudos são periodicamente revisados de modo a incorporar novas concessões, atualizar cenários climáticos e aprimorar a metodologia adotada. O estudo revisado em 2025 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do Grupo.

Os resultados desse trabalho são incluídos na metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS, a COFINS e o IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada.

Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária.

As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material nas operações ou demonstrações financeiras da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting *Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Aprovação das demonstrações Financeiras

Em 16 de março de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia

reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Receitas financeiras” (Nota 24).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 11, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

3.3 Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,12% ao ano (8,10% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

Provisão para construção de obras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,50% a.a., correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) da concessionária.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com à transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data.

As cláusulas contratuais restritivas (covenants) que a Companhia é obrigada a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação dos empréstimos, financiamentos e debêntures como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que a Companhia é obrigada a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras.

Os custos dos empréstimos, financiamentos e das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

3.6 Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base em cada Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente (por lote).

3.7 Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês).

3.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

3.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização

acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia atua e geram lucro tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.11 Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

3.12 Normas emitidas e/ou alteração de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas, pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em compliance com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza

Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade

em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais para a Companhia.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma

norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária

Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras"

Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.13 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

3.14 Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

3.15 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.16 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir:

- Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Redução ao valor recuperável: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas para redução ao valor recuperável, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis de

Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e).

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPCo1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Capitalização dos custos dos empréstimos

Conforme descrito na Nota 3.5, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2025 e de

2024, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,12% ao ano para manutenção e 9,50% a.a. para construção (8,10% e 9,50%, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	1.513	1.464
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a)	4.482	3.373
Aplicações automáticas (b)	849	1.673
	<u>6.844</u>	<u>6.510</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 19,2% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 80,8% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 60,5% aplicações em Cotas de Fundo.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,7% em 31 de dezembro de 2025 (100,7% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2025	31/12/2024
Cotas fundo - BTG CDB Plus (a)	18.555	2.165
Cotas fundo - FIDC_ECO (b)	285	41
	<u>18.840</u>	<u>2.206</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I e Plus). Este fundo aplica os recursos em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia da política de investimentos do grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 102,7% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária.
- (b) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,7% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento.

No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Fornecedores - FIDC” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de dezembro de 2025, não há valores antecipados em favor dos fornecedores.

A aumento nos saldos de “Aplicações financeiras”, deve-se principalmente ao aporte de capital recebido da controladora ECS, conforme descrito na Nota 21.1.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de investimento (a)	44.117	41.023
Conta corrente – reserva (b)	448	47
	<u>44.565</u>	<u>41.070</u>
Circulante	8.650	8.300
Não circulante	35.915	32.770

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média de 98,4% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (98,1% em 31 de dezembro de 2024) e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e das Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.
- (b) Saldo em Conta Corrente Reserva, referente a movimentação em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. Não há remuneração aplicável para Conta Corrente Reserva.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pedágio eletrônico (a)	9.996	9.258
Receitas acessórias (b)	2.024	2.008
Outras contas a receber (c)	858	624
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(814)	(1.392)
	<u>12.064</u>	<u>10.498</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas nas modalidades “cartão de débito” e “cartão de crédito”.
- (d) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	11.723	10.477
Vencidos:		
Até 30 dias	174	115
De 31 a 90 dias	329	125
De 90 a 120 dias	-	201
Acima de 120 dias	652	972
	<u>12.878</u>	<u>11.890</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício	(1.392)	(945)
Valores recuperados	742	296
Constituição de PECLD	(164)	(743)
Saldo no fim do exercício	<u>(814)</u>	<u>(1.392)</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Natureza		
Cível	1.181	1.134
Trabalhista	-	11
	<u>1.181</u>	<u>1.145</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota 20 Provisão para perdas cíveis e trabalhistas.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício	1.145	1.102
Adições	-	5
Baixas	(20)	-
Atualização monetária	56	38
Saldo no fim do exercício	<u>1.181</u>	<u>1.145</u>

10. IMOBILIZADO

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	14,5	10,0	9,2	20,8	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2024	15.592	4.371	1.163	4.931	26.057
Adições	1.105	530	103	106	1.844
Baixas	-	(128)	-	(827)	(955)
Transferências	-	(1)	1	-	-
Saldos em 31/12/2025	16.697	4.772	1.267	4.210	26.946
DEPRECIÇÃO					
Saldos em 31/12/2024	(9.451)	(3.105)	(760)	(3.107)	(16.423)
Adições	(2.348)	(452)	(112)	(863)	(3.775)
Baixas	-	123	-	827	950
Saldos em 31/12/2025	(11.799)	(3.434)	(872)	(3.143)	(19.248)
RESIDUAL					
Em 31/12/2025	4.898	1.338	395	1.067	7.698
Em 31/12/2024	6.141	1.266	403	1.824	9.634

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	13,2	10,4	9,9	19,7	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2023	13.614	4.187	1.030	4.653	23.484
Adições	1.952	185	133	277	2.547
Transferências	26	(1)	-	1	26
Saldos em 31/12/2024	15.592	4.371	1.163	4.931	26.057
DEPRECIÇÃO					
Saldos em 31/12/2023	(7.523)	(2.661)	(652)	(2.161)	(12.997)
Adições	(1.928)	(444)	(108)	(946)	(3.426)
Saldos em 31/12/2024	(9.451)	(3.105)	(760)	(3.107)	(16.423)
RESIDUAL					
Em 31/12/2024	6.141	1.266	403	1.824	9.634
Em 31/12/2023	6.091	1.526	378	2.492	10.487

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

11. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPCo6 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	6,5	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2024	771.287	2.759	3.416	11.670	789.132
Adições	44.352	3.468	90	10.168	58.078
Baixa	-	-	-	(108)	(108)
Transferências	5.167	(5.167)	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	820.806	1.060	3.506	21.730	847.102
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2024	(124.505)	-	(2.710)	(6.210)	(133.425)
Adições	(29.626)	-	(224)	(4.471)	(34.321)
Baixas	-	-	-	108	108
Saldos em 31/12/2025	(154.131)	-	(2.934)	(10.573)	(167.638)
RESIDUAL					
Saldos em 31/12/2025	666.675	1.060	572	11.157	679.464
Saldos em 31/12/2024	646.782	2.759	706	5.460	655.707
Contratos de concessão (a)					
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	5,4	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2023	695.660	12.145	2.934	10.862	721.601
Adições	38.882	27.538	329	1.085	67.834
Baixa	-	-	-	(277)	(277)
Transferências	36.745	(36.924)	153	-	(26)
Saldos em 31/12/2024	771.287	2.759	3.416	11.670	789.132
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2023	(98.746)	-	(2.535)	(3.566)	(104.847)
Adições	(25.759)	-	(175)	(2.789)	(28.723)
Baixas	-	-	-	145	145
Saldos em 31/12/2024	(124.505)	-	(2.710)	(6.210)	(133.425)
RESIDUAL					
Saldos em 31/12/2024	646.782	2.759	706	5.460	655.707
Saldos em 31/12/2023	596.914	12.145	-	7.296	616.355

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro 2025, as principais adições nesta rubrica referem-se a: reabilitação e recuperação em pavimentos e sinalização, obras de artes especiais e infraestrutura para praças de pedágios.
- (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2025 foram de 3,71% a.a. (3,43% a.a. em 31 de dezembro de 2024).
- (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se a: obras da construção, melhorias e consultoria de apoio de obras de ampliação e de artes especiais, e infraestrutura.
- (d) Amortização realizada conforme prazo do contrato de arrendamentos. As adições referem-se a novos contratos de locações de imóveis, veículos e licenciamentos de software.

Provisão para redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia contratou uma consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2025. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) Premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 11,70% a.a. (16,40% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste da provisão a ser constituído no resultado do exercício.

Capitalização de juros

No período findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$100 (R\$858 em 31 de dezembro de 2024) referentes a encargos financeiros de financiamentos e debêntures vinculados a intangível em andamento.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

12.1 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025	31/12/2025
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	126	139	(97)	168	42
Provisão para manutenção	2.720	1.337	(873)	3.184	464
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	253	69	(267)	55	(198)
Juros capitalizados	(11.288)	(33)	506	(10.815)	473
Outros	51	266	(96)	221	170
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(8.138)	1.778	(827)	(7.187)	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					<u>951</u>

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 – Tributos sobre o Lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2025 R\$7.187 no passivo não circulante (R\$8.138 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024), e registrou crédito de R\$951 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
2025	-	(1.625)
2026	(1.439)	(1.629)
2027	(1.435)	(1.629)
2028	(1.435)	(1.629)
2029	(1.439)	(1.626)
2030	(1.439)	-
	<u>(7.187)</u>	<u>(8.138)</u>

12.2 Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	35.645	33.896
Alíquota fiscal vigente	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(12.119)	(11.525)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(92)	(83)
Juros sobre capital próprio	1.353	3.422
Despesas indedutíveis	(7)	(97)
Incentivos fiscais (PAT)	213	153
Ajuste prêmio Stock Option	-	118
Outros	178	(556)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(10.474)</u>	<u>(8.568)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.425)	(8.389)
Impostos diferidos	951	(179)
Taxa efetiva	29,4 %	25,3 %

12.3 Provisão para imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	1.222	48
Despesa IR/CS DRE	11.425	8.389
Total de IR/CS pagos	<u>(8.516)</u>	<u>(7.215)</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u><u>4.131</u></u>	<u><u>1.222</u></u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Em moeda nacional:				
Finem - BNDES	08/2032	TJLP + 3,48% a.a.	44.667	48.072
Finem - BNDES	12/2032	TJLP + 3,48% a.a.	97.594	104.445
Finem - BNDES	06/2034	TJLP + 3,48% a.a.	<u>56.349</u>	<u>58.996</u>
			<u><u>198.610</u></u>	<u><u>211.513</u></u>
Circulante			20.720	18.583
Não circulante			177.890	192.930

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
2026	-	19.477
2027	21.915	21.366
2028	24.028	23.427
2029	26.338	25.680
2030	28.897	28.177
Posteriores a 2030	<u>76.712</u>	<u>74.803</u>
	<u><u>177.890</u></u>	<u><u>192.930</u></u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo no início do exercício	211.513	225.859
Encargos financeiros (Nota 24)	24.018	21.967
Pagamento de principal	(18.225)	(16.375)
Pagamento de juros	(18.696)	(19.938)
Saldo no final do exercício	<u><u>198.610</u></u>	<u><u>211.513</u></u>
Circulante	20.720	18.583
Não Circulante	177.890	192.930

Descrição do contrato de empréstimo e financiamento bancário vigente:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDES	Beneficiária: (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total $\geq 20\%$; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq 1,30$ Até o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei estando inadimplente com os referidos índices. Interveniente: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,00$	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.

Conforme descrito acima, o contrato com o BNDES requer a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”), medidos anualmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com os referidos índices:

Empresa	Instituição financeira	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecoponte	Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 1,30$	1,75
		Patrimônio Líquido Ajustado / Passivo Total	$\geq 20\%$	29,36 %

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato.

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2025	31/12/2024
1ª Emissão ECPN11	10/2034	IPCA + 4,40% a.a.	284.461	281.141
			<u>284.461</u>	<u>281.141</u>
Circulante			13.581	11.405
Não circulante			270.880	269.736

Descrição dos contratos de debêntures vigentes:

Tipo e Forma	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
(i)	Anual	Anual a partir de 2022	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa	Não

(i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2026	-	-	-	11.663	(1.221)	10.442
2027	18.666	(1.166)	17.500	17.885	(1.166)	16.719
2028	21.127	(1.082)	20.045	20.243	(1.083)	19.160
2029	21.106	(989)	20.117	20.223	(989)	19.234
2030	28.431	(888)	27.543	27.242	(888)	26.354
2031	30.055	(757)	29.298	28.798	(757)	28.041
Posteriores a 2031	157.557	(1.180)	156.377	150.965	(1.179)	149.786
	<u>276.942</u>	<u>(6.062)</u>	<u>270.880</u>	<u>277.019</u>	<u>(7.283)</u>	<u>269.736</u>

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	281.141	274.458
Encargos financeiros (Nota 24)	26.896	27.976
Pagamento principal	(7.469)	(6.315)
Pagamento de juros	(16.107)	(14.978)
Saldo no fim do exercício	<u>284.461</u>	<u>281.141</u>

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros (“covenants”), medidos anualmente, com base nas demonstrações financeiras da Companhia. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com os referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
1 ^a	PL Ajustado/Passivo Total	≥ 20%	29,36%
	ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	≥ 1,3	1,75

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

O contrato de debênture da Companhia possui cláusula restritiva de “*cross default*” que estabelece a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia e de sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2025, inexistiu evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a esta cláusula restritiva.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Serie única - 1 ^a emissão	19/11/2019	230.000	(15.468)	214.532	IPCA + 4,40% a.a.	9,94%
		230.000	(15.468)	214.532		

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento:	11.778	5.900
Circulante	4.822	3.128
Não circulante	6.956	2.772

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	5.900	7.651
Adições (Nota 11.d)	10.168	1.085
Baixas	(13)	(277)
Encargos financeiros (Nota 24)	1.175	795
Pagamento principal	(4.277)	(2.559)
Pagamento de juros	(1.175)	(795)
Saldo no fim do exercício	11.778	5.900

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade (“*spread*” de crédito). Os “*spreads*” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.	
	31/12/2025	31/12/2024
1 ano	8,42 %	8,80 %
2 anos	8,28 %	8,83 %
3 anos	8,21 %	8,70 %
4 anos	8,18 %	8,80 %
5 anos	8,18 %	8,95 %
6 anos em diante	8,95 %	8,95 %
Vencimento das prestações	31/12/2025	31/12/2024
Menos de 1 ano	5.576	3.484
Entre 1 e 2 anos	2.815	2.574
Entre 2 e 5 anos	5.034	478
Acima de 5 anos	363	287
Total valores não descontados	13.788	6.823
Total juros embutidos	(2.010)	(923)
	11.778	5.900

16. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato				Montantes envolvidos							Outras Informações	
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo ativo	Saldo passivo	Vencimento	Receita financeira	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
(a)	EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	01/01/2025	31/03/2026	14.168	692	-	1.123	Em até 45 dias	-	4.509	5.801	3.166	N/A	Devedor
(b)	EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	01/01/2017	31/12/2026	3.290	537	1	-	Em até 45 dias	6	-	3	-	N/A	Devedor
(b)	EcoRodovias Desenvolvimento de Negócios Ltda.	Outras Partes Relacionadas	01/11/2023	31/12/2026	987	-	74	46	Em até 45 dias	618	-	277	-	N/A	Devedor
(c)	EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A.	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	568	-	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Credor
(c)	EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	-	-	-	-	-	877	Em até 45 dias	-	-	-	-	N/A	Devedor
Total em 31 de dezembro de 2025							643	2.047		624	4.509	6.081	3.166		
Total em 31 de dezembro de 2024							99	887		596	5.950	3.721	1.248		

(a) A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., é controladora direta da Companhia e presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

(b) Ecorodovias Desenvolvimento de Negócios Ltda é controlada direta da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., controladora da Companhia. Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio e locação de fibra óptica entre as partes.

(c) Referente repasse de despesas entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2025, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 em R\$1.691 (R\$1.217 em 31 de dezembro de 2024) considerando os encargos sociais.

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2026, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para R\$1.837, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remuneração (fixa/variável)	921	833
Gratificação	46	-
Remuneração com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	384	(64)
Seguro de vida	2	2
Assistência saúde	84	77
Previdência privada	51	47
FGTS	75	35
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	273	121
	<u>1.837</u>	<u>1.051</u>

17. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2025	31/12/2024
Parcelas:		
Taxa de fiscalização	405	384
	<u>405</u>	<u>384</u>
Circulante	405	384

A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2025, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$405 (R\$384 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	384	370
Custo (Nota 23)	4.753	5.408
Pagamento do principal	(4.732)	(5.394)
Saldo no final do exercício	<u>405</u>	<u>384</u>

17.1. Informações sobre o Contrato de Concessão

Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Data da assinatura: 18 de maio de 2015 (início do prazo da concessão em 01 de junho de 2015, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens).

Objeto da Concessão: Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, da BR-101/RJ: Trecho de Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) – “Ponte Rio-Niterói”, com 28,7km de extensão.

O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: IPC-A.

Data de reajuste: 1º de junho de cada ano.

Prazo de vigência: 31 de maio de 2045.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do poder concedente, por até 30 (trinta anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo poder concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária – PER, ou em decorrência de sua alteração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita e o custo de construção totalizaram R\$47.924 (R\$65.796 em 31 de dezembro de 2024), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão.

Conforme descrito na Nota 19 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão.

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2025, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas. As informações abaixo tratam-se de estimativas e serão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia à medida de sua realização.

Natureza dos custos	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2025	31/12/2024
Melhorias na infraestrutura	187.072	182.288
Conservação especial (manutenção)	150.882	166.085
Equipamentos	113.665	111.014
Total	<u>451.619</u>	<u>459.387</u>

Seguros Contratados

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2025, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

<u>Natureza</u>	<u>Final Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Valor Garantia</u>
Seguro Garantia - Operações	31/12/2026	Fator	<u>288.705</u>
			<u>288.705</u>

18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS

	31/12/2024	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2025
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	(11.316)
Realização da construção	(95.700)	(271)	-	(95.971)
Ajuste a valor presente – realizações	10.412	-	17	10.429
Atualização monetária	2.927	-	69	2.996
	<u>3.219</u>	<u>(271)</u>	<u>86</u>	<u>3.034</u>

Circulante	202			202
Não circulante	3.017			2.832

	31/12/2023	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2024
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	(11.316)
Realização da construção	(95.466)	(234)	-	(95.700)
Ajuste a valor presente – realizações	10.344	-	68	10.412
Atualização Monetária	1.426	-	1.501	2.927
	<u>1.884</u>	<u>(234)</u>	<u>1.569</u>	<u>3.219</u>

Circulante	470			202
Não circulante	1.414			3.017

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	31/12/2024	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2025
Constituição da provisão para manutenção	68.468	4.008	-	-	72.476
Efeito do valor presente sobre constituição	(15.920)	(757)	-	-	(16.677)
Realização da manutenção	(58.870)	-	(2.692)	-	(61.562)
Ajuste a valor presente – realizações	14.318	-	-	681	14.999
	<u>7.996</u>	<u>3.251</u>	<u>(2.692)</u>	<u>681</u>	<u>9.236</u>

Circulante	2.333				3.748
Não circulante	5.663				5.488

	31/12/2023	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2024
Constituição da provisão para manutenção	67.189	1.279	-	-	68.468
Efeito do valor presente sobre constituição	(15.398)	(522)	-	-	(15.920)
Realização da manutenção	(55.679)	-	(3.191)	-	(58.870)
Ajuste a valor presente – realizações	13.480	-	-	838	14.318
	<u>9.592</u>	<u>757</u>	<u>(3.191)</u>	<u>838</u>	<u>7.996</u>
Circulante	3.397				2.333
Não circulante	6.195				5.663

20. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

20.1. Causas prováveis

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	78	23	101
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	266	18	284
(-) Pagamentos/baixas	(108)	(18)	(126)
(+) Atualização monetária	231	3	234
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>467</u>	<u>26</u>	<u>493</u>
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	51	11	62
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	92	16	108
(-) Pagamentos/baixas	(104)	(11)	(115)
(+) Atualização monetária	39	7	46
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>78</u>	<u>23</u>	<u>101</u>

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde principalmente a pleito de indenização por acidentes do trabalho, não existindo processos de valor individual relevante.

20.2. Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em outros processos cíveis, trabalhistas e tributários envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como possíveis, portanto, sem constituição de provisão, conforme demonstrado abaixo, não existindo processos de valor individual relevante.

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	20.770	21.236
Trabalhistas	1.755	1.342
Tributários	724	668
	<u>23.249</u>	<u>23.246</u>

21. PATRIMÔNIO LIQUÍDO

21.1. Capital social

Em 29 de janeiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária, deliberou o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$10.000, mediante a emissão nesta data de 10.000.000 (dez milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação. A referida AGE também consignou a integralização do montante à vista em moeda corrente nacional, naquela data.

Em 15 de maio de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária, deliberou o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$12.550, mediante a emissão nesta data de 12.550.000 (doze milhões, quinhentas e cinquenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação. A referida AGE também consignou a integralização do montante à vista em moeda corrente nacional, naquela data.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$169.918, (R\$147.368 em 31 de dezembro de 2024), representados por 169.917.960 (147.367.960 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias respectivamente, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

21.2. Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo é de R\$15.036 (R\$13.777 em 31 de dezembro de 2024).

21.3. Reserva de lucros – Orçamento de capital

Constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 27, parágrafo primeiro, inciso IV da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2024 é de R\$31.932 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024). O montante de R\$31.932 constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2025, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2025.

21.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos R\$597 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. O saldo de R\$13.935, registrado na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios e ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2025. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2026.

O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	25.171	25.328
Constituição de reserva - legal	(1.259)	(1.266)
Base de cálculo dos dividendos	<u>23.912</u>	<u>24.062</u>
Proposta da Administração		
Juros sobre capital próprio	3.979	10.064
Dividendos mínimos obrigatórios	1.999	-
Constituição de reserva - orçamento de capital	17.934	13.998

22. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	27.721	33.983
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	118.322	111.172
Vale-pedágio	37.263	33.862
Outras	462	358
	<u>183.768</u>	<u>179.375</u>
Receita de construção (b)	47.924	65.796
Receitas acessórias (c)	11.527	9.901
Receita bruta	<u>243.219</u>	<u>255.072</u>
Deduções da receita bruta	(17.008)	(16.395)
Receita líquida	<u>226.211</u>	<u>238.677</u>
Deduções		
COFINS (3%)	(5.859)	(5.678)
PIS (0,65%)	(1.269)	(1.230)
ISS (2% a 5%)	(9.741)	(9.455)
Abatimentos	(139)	(32)
	<u>(17.008)</u>	<u>(16.395)</u>

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	21.952	20.520
Conservação e manutenção	6.349	6.894
Serviços de terceiros (a)	19.784	17.074
Seguros	2.944	2.579
Poder concedente (Nota 17)	4.753	5.408
Provisão para manutenção (Nota 19)	3.251	757
Custo de construção de obras	47.924	65.796
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11)	38.096	32.149
Locação de imóveis e máquinas	427	424
Outros custos e despesas operacionais	5.630	6.573
	<u>151.110</u>	<u>158.174</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	132.324	141.363
Despesas gerais e administrativas	18.786	16.811
	<u>151.110</u>	<u>158.174</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	9.088	6.664
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 9)	56	38
Outras receitas financeiras	1.105	62
	<u>10.249</u>	<u>6.764</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 14)	(13.141)	(12.948)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(18.867)	(20.125)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 14)	(12.490)	(13.728)
Variação monetária sobre financiamentos e empréstimos (Nota 13)	(5.151)	(1.842)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 14)	(1.265)	(1.300)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e construção de obras (Nota 18 e 19)	(767)	(2.407)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 20)	(234)	(46)
Juros sobre arrendamentos – CPCo6 (R2) (Nota 13)	(1.175)	(795)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	2.319	(315)
Juros capitalizados	100	858
Outras despesas financeiras	(1.274)	(723)
	<u>(51.945)</u>	<u>(53.371)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(41.696)</u>	<u>(46.607)</u>

25. LUCRO POR AÇÃO

25.1 Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	25.171	25.328
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	164.482	147.368
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,15</u>	<u>0,17</u>

25.2 Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do lucro básico apresentado acima.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Dívida (a)	494.849	498.554
Disponibilidade (b)	(51.409)	(47.580)
Dívida líquida	443.440	450.974
Patrimônio líquido (c)	217.032	175.289
Índice de endividamento líquido	<u>2,04</u>	<u>2,57</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 13, 14 e 15.

(b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados, conforme detalhado na Nota 5 e 7.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e

valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.

- Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,2% do CDI em 31 de dezembro de 2025, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (94,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

<u>Classificação - Custo amortizado</u>	<u>Saldo Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	6.844	6.844
Clientes (b)	12.064	12.064
Aplicações financeiras (a)	63.405	63.405
Passivos:		
Fornecedores (b)	6.870	6.870
Empréstimos e financiamentos (c)	198.610	188.942
Debêntures (c)	284.461	204.106
Passivo de arrendamento (d)	11.778	13.788
<u>Classificação – Valor justo através do resultado</u>	<u>Saldo Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (e)	466	466

- (a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (b) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão registradas ao custo amortizado na data do balanço.
- (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento.
- (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores estatutários da Companhia (*Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock*), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR₃), registrados na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória/política do contrato de concessão, garantia da rentabilidade dos ativos e capital humano;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas críticos, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, risco de crédito, premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
<i>Compliance</i>	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor e/ou Legislações.

A estratégia formulada pelo Grupo EcoRodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços;

A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização;

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico.

No Grupo EcoRodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações:

- Taxas de Inflação: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajuste tarifário;

- Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia.
- Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) relacionado aos empréstimos e financiamentos da Companhia.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros.

A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “*rating*” de no mínimo AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$5.276 (R\$5.127 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”. O fluxo de recebimento dos referidos valores gira entre 30 e 60 dias.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
BNDES	37.429	37.429	37.429	161.072
Debêntures	25.702	33.307	36.708	377.045
Passivo de arrendamento	5.576	2.815	5.034	363
	<u>68.707</u>	<u>73.551</u>	<u>79.171</u>	<u>538.480</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$25.966 (ativo circulante de R\$52.962 e passivo circulante de R\$78.928), principalmente decorrente de empréstimos e financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, TJLP e do IPC-A, principais indicadores das aplicações financeiras, debêntures e empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	2.471	3.089	3.706
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da TJLP	(17.213)	(21.516)	(25.819)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(15.603)	(15.885)	(16.170)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(30.345)</u>	<u>(34.312)</u>	<u>(38.283)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	12,90 %	16,13 %	19,35 %
IPCA (b)	4,22 %	5,27 %	6,32 %
TJLP (c)	9,11 %	11,38 %	13,66 %

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – dezembro de 2025.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

27.1 Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

27.2 Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

27.3 Transações que não envolvem caixa

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso – CPCo6 (R2) - Adições	10.169	1.085
Direito de uso – CPCo6 (R2) - Baixas	(13)	(277)

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas à exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Niterói - RJ, 17 de março de 2026.

Alberto Luiz Lodi

Diretor Presidente

Júlio Cezar Moreira de Amorim

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores